DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO*

GIOVANA RIBAS MAZZUCCO

Data da defesa: 29/03/2006

RESUMO

Este estudo aborda a viabilidade de enfrentamento, pela autoridade julgadora em processo administrativo fiscal, do argumento de inconstitucionalidade da lei que determina a exigência do tributo. Procede-se a uma análise crítica, a partir de precedentes dos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda, da solução usualmente adotada, de não-conhecimento da irresignação do contribuinte, sob o fundamento da reserva de jurisdição. A proposta defende a possibilidade de pronunciamento do julgador administrativo, com efeitos para o caso concreto, além de sustentar a hipótese como um direito do contribuinte, à luz da garantia constitucional do devido processo legal e dos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência.

Palavras-chave: processo administrativo, constitucionalidade, devido processo legal, legalidade, moralidade, eficiência.

---

* PROF. ORIENTADOR: Humberto Bergmann Ávila
BANCA EXAMINADORA:

Cezar Saldanha Souza Junior	UFRGS
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira	PUCRS
Rafael da Cás Maffini	UFRGS